



SIMULADO SEMESTRAL 2017.1

INSTRUÇÕES GERAIS – LEITURA OBRIGATÓRIA

1. Você está recebendo o caderno de prova que contém em suas páginas **100** questões objetivas. Confira o caderno e se ele não estiver completo chame o fiscal.
2. Você está recebendo também um cartão-resposta contendo **100** questões, o qual **NÃO PODE SER SUBSTITUÍDO**. Portanto, somente marque a resposta quando você tiver certeza de sua opção.
3. O cartão-resposta não pode ser rasurado, sob pena de anulação das respostas.
4. Você deve marcar apenas uma letra em cada questão objetiva.
5. Para evitar possíveis enganos no preenchimento do cartão-resposta, anote primeiro as alternativas que você julgou corretas no próprio caderno de prova. Depois, marque-as no cartão-resposta.
6. Não é admitido o uso de material estranho ao caderno de prova, mesmo para rascunho, nem se permitirá qualquer comunicação entre os candidatos.
7. Ao final da prova você deverá devolver ao fiscal o cartão-resposta devidamente assinado no local indicado.
8. A duração da prova é de 4 (quatro) horas. A saída do candidato só será permitida depois de transcorridas 1 (uma) hora do início da prova. Os três últimos candidatos a terminarem a prova deverão retirar-se da sala simultaneamente.
9. No dia 30 de junho de 2017, após as 23 horas, será publicado o gabarito da prova semestral.
10. O dia 02 de julho de 2017, às 23 horas, é a data limite para o envio de recursos da prova semestral. Os recursos deverão ser enviados para o e-mail: secretaria@esmesc.org.br. É necessária a utilização de formulário próprio presente em nossa página para o recebimento do recurso.

BOA PROVA!

Florianópolis, 30 de junho de 2017.

**DIREITO CONSTITUCIONAL****01) Em relação ao Estado Federal previsto na CF/88 assinale a alternativa correta:**

- a) Ao município, conforme a estrutura federativa brasileira, é vedado o exercício das competências legislativas concorrentes e privativas.
- b) No exercício das competências legislativas concorrentes a superveniência de lei da União revoga a legislação estadual no que lhe for contrário.
- c) São reservadas aos municípios as competências que não lhes sejam vedadas pela Constituição.
- d) A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.

02) Em relação ao poder constituinte assinale a alternativa correta:

- a) A Constituição de 1988 dá ampla legitimidade a propositura de propostas de emendas constitucionais, sendo previsto a possibilidade de emendas constitucionais de iniciativa popular.
- b) As Clausulas pétreas são consideradas como limites a atuação do poder constituinte derivado, vinculando o trabalho do poder de revisão da Constituição no sentido de estabelecer quais assuntos devem ser alterados por um procedimento mais solene e complexo.
- c) poder constituinte originário surge em momentos que existam rupturas institucionais, sendo que sua formação se dá conforme o previsto na Constituição anterior e sua atuação fica condicionada somente aos limites sociais que orientam como deverá ser o texto da nova Constituição.
- d) As emendas à Constituição são promulgadas pelas mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem, mas a matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou tida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

03) Assinale a alternativa correta:

- a) As medidas provisórias terão sua votação iniciada pela Câmara dos Deputados ou pelo Senado Federal, que analisará o mérito e os pressupostos constitucionais, sendo que a aprovação da Medida provisória sem emendas dispensa a sanção do Presidente da República.
- b) As leis complementares são institutos previstos na Constituição e que visam regular todas as matérias de competência legislativa da União, com base na positivação do princípio da legalidade no texto constitucional.
- c) Havendo medidas provisórias sem vigor na data de convocação extraordinária do Congresso Nacional, serão elas automaticamente incluídas na pauta da convocação.
- d) A matéria constante de projeto de lei rejeitado somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria simples dos membros de qualquer das Casas do Congresso Nacional.

04) Assinale a alternativa correta:

- a) As Comissões Parlamentares de Inquérito tem poderes de investigação próprios das autoridades judiciais e são criadas, nos termos da Constituição, podendo determinar, conforme a jurisprudência do STF, a quebra do sigilo fiscal e do sigilo bancário.
- b) As competências do Congresso Nacional previstas no art. 48 da CF/88, são expressões da competência administrativa da União.
- c) Ao regular a competência do Congresso Nacional, prevista no art. 49 da CF/88, temos que o tipos de atos do processo legislativo aptos a regular essas competências são o decreto legislativo

e as resoluções.

d) As competências previstas nos arts. 51 e 52 da CF/88 são de natureza privativa, sendo possível considerar que tanto a Câmara Federal como o Senado Federal podem delegá-las um ao outro.

05) em relação a Ação Direta de Inconstitucionalidade é INCORRETO afirmar:

a) Na ADI o relator pedirá informações aos órgãos ou às autoridades das quais emanou a lei ou o ato normativo impugnado no prazo de 30 dias.

b) O Procurador Geral da República, os Governadores de Estados e os partidos políticos são considerados pelo STF como legitimados universais na propositura de ADI.

c) Na ADI perante o STF o *Amicus Curiae* tem direito a sustentação oral.

d) A concessão da medida cautelar em ADI torna aplicável a legislação anterior acaso existente, salvo expressa manifestação em sentido contrário.

06) Em relação a Ação Declaratória de Constitucionalidade é correto afirmar:

a) A propositura de Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) depende da demonstração da controvérsia jurisprudencial e doutrinária sobre a lei ou ato normativo objeto da ação.

b) Não se admitirá intervenção de terceiros no processo de ação declaratória de constitucionalidade.

c) O Supremo Tribunal Federal, por decisão da maioria de seus membros, poderá deferir pedido de medida cautelar na ação declaratória de constitucionalidade, consistente na determinação de que os juízes e os Tribunais suspendam o julgamento dos processos que envolvam a aplicação da lei ou do ato normativo objeto da ação até seu julgamento definitivo, não sendo possível determinar, em sede liminar, modulação dos efeitos da decisão.

d) Na Ação Declaratória de Constitucionalidade o Réu será sempre o responsável pela edição da lei ou ato normativo impugnado.

07) Assinale a alternativa correta:

a) Se o Presidente da República considerar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, no prazo de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente do Senado Federal os motivos do veto.

b) Admitida a acusação contra o Presidente da República, por três quintos da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, nas infrações penais comuns, ou perante o Senado Federal, nos crimes de responsabilidade.

c) A eleição do Presidente e do Vice-Presidente da República realizar-se-á, simultaneamente, no primeiro domingo de outubro, em primeiro turno, e no último domingo de outubro, em segundo turno do ano anterior ao do término do mandato presidencial vigente.

d) Havendo a vacância dos cargos de Presidente e Vice será realizada nova eleição direta, nos termos determinados pelo Tribunal Superior Eleitoral.

08) Em relação as normas constitucionais assinale a alternativa correta:

a) As normas constitucionais de eficácia limitada de princípio institutivo estão relacionadas aos direitos sociais e econômicos e necessitam de leis complementares posteriores para que venham a restringir sua eficácia permitindo que possam produzir efeitos.

b) As normas de eficácia contida e limitada tem em comum a possibilidade de serem aplicadas, independente de leis regulamentadoras, tal qual o art. 5.º, inciso XIII, da Constituição Federal, que dispõe: "é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer".

- c) O Prêambulo, apesar de ser parte integrante da Constituição é considerado como desprovido de caráter normativo.
d) As normas constitucionais de eficácia contida são aquelas que nascem com eficácia plena e permitem que uma legislação posterior, infraconstitucional para restringir seus efeitos.

09) Em relação as classificações da Constituição é correto afirmar:

- a) As constituições rígidas, que são produtos de documentos promulgados, partem de uma hierarquização entre emendas constitucionais e leis infraconstitucionais, procurando estabelecer normas que sejam excluídas da atuação do poder constituinte derivado.
b) As constituições promulgadas podem ser consideradas como aquelas oriundas da vontade popular, pois a escolha de seus membros é feita pelo povo de forma livre e democrática e busca proteger aos anseios da população, visando estabelecer um documento que limite o poder estatal e venha a proteger os direitos fundamentais.
c) A constituição material, que é produto do surgimento do constitucionalismo moderno, são aquelas que abordam vários assuntos de natureza materialmente constitucional e estão relacionadas com o modelo de Estado Social de Direito, sendo um exemplo ampliação do direito constitucional sobre os demais ramos do ordenamento jurídico.
d) A constituição histórica pode ser considerada como aquela, elaborada ao longo de um período de tempo, que aborda apenas as matérias inerentes ao texto constitucional, tendo suas normas natureza formal de normas constitucionais.

10) Assinale a alternativa correta:

- a) A ação afirmativa, na modalidade de cotas, deve sempre ter um objetivo claro a ser atingido e deve passar por revisões que permitam avaliar os resultados alcançados por esta medida e seja observada a proporcionalidade da medida.
b) A igualdade material visa estabelecer um parâmetro de tratamento abstrato entre os cidadãos enquanto a igualdade formal busca fazer uma comparação entre as diferentes classes para que sejam criados mecanismos de conservação do situação existente na sociedade.
c) A expressão “igualdade perante a lei” é destinada ao legislador, enquanto a expressão “igualdade na lei” é destinada ao aplicador da norma.
d) Por força do princípio da igualdade, as normas que estabeleçam tratamento jurídico diferenciado entre brasileiros serão materialmente inconstitucionais, pois o texto constitucional não prevê possibilidade de tratamento diferenciado, considerando que a igualdade se dá pelo tratamento homogêneo.

DIREITO CIVIL

11) Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Como regra, a lei começa a vigorar em todo o país 180 (cento e oitenta) dias depois de oficialmente publicada.
b) Anulado o negócio jurídico, restituir-se-ão as partes ao estado em que antes dele se achavam, e, não sendo possível restituí-las, serão indenizadas com o equivalente.
c) É anulável o negócio concluído pelo representante em conflito de interesses com o representado, se tal fato era ou devia ser do conhecimento de quem com aquele tratou.
d) Bens divisíveis são os que se podem fracionar sem alteração na sua substância, diminuição considerável de valor, ou prejuízo do uso a que se destinam.

12) Num determinado negócio jurídico, X emprestou a Y seu automóvel de passeio, notadamente, num empréstimo sem qualquer formalidade. Levando em consideração as regras inerentes à obrigação de restituir constantes no Código Civil responda a assertiva



correta:

- a) Y assumiu obrigação de dar coisa certa a qual abrange os acessórios dela embora não mencionados, salvo se o contrário resultar do título ou das circunstâncias do caso.
- b) Sendo obrigação de restituir, se a coisa se perder por culpa do devedor, responderá exclusivamente por perdas e danos.
- c) Sendo obrigação de restituir coisa certa, e esta, sem culpa do devedor, se perder antes da tradição, sofrerá o credor a perda e a obrigação se resolverá, ressalvados os seus direitos até o dia da perda.
- d) O credor não suportará os prejuízos da perda na obrigação de restituir, posto ser inerente à relação a obrigatoriedade da devolução do bem emprestado em seu perfeito estado de uso.

13) Paulo é casado com Maria há quinze anos sob o regime de comunhão parcial de bens e deste relacionamento nasceram três filhos. Paulo, há cinco anos mantém paralelamente um relacionamento estável com Joana, com quem tem dois filhos e que possui conhecimento de que Paulo convive maritalmente com sua esposa. Diante do direito brasileiro, o relacionamento de Paulo e Joana pode ser qualificado como:

- a) Concubinato, sendo que há possibilidade de divisão do patrimônio amealhado ao logo do relacionamento, caso seja comprovada a existência de uma sociedade de fato, tendo em vista o princípio que veda o enriquecimento sem causa.
- b) União estável, que poderá ser reconhecida judicialmente se comprovados os pressupostos da convivência pública, contínua e duradoura entre o casal.
- c) União estável putativa, sendo que o patrimônio amealhado ao longo do relacionamento deverá ser dividido à luz das regras da comunhão parcial de bens.
- d) Concubinato impuro, sendo que há possibilidade de divisão do patrimônio amealhado ao logo do relacionamento, caso seja comprovada a existência de uma sociedade de fato, tendo em vista o princípio que veda o enriquecimento sem causa.

14) Sobre os direitos da personalidade, assinale a alternativa correta:

- a) Os direitos de personalidade, no tocante à natureza jurídica, são exclusivamente intransmissíveis e irrenunciáveis.
- b) É possível a tutela judicial dos direitos da personalidade de pessoa morta.
- c) O Código Civil, ao tratar dos direitos de personalidade estabelece um rol completo de suas espécies.
- d) Os direitos da personalidade dizem respeito à aptidão genérica das pessoas de serem titulares de direitos e deveres na ordem civil.

15) Assinale a alternativa correta:

- a) O desdobramento da posse somente se verifica em se tratando de bens imóveis.
- b) A usucapião de bens móveis independe de continuidade do exercício da posse.
- c) Não é considerada posse justa aquela que sofre violência, clandestinidade e precariedade.
- d) O fâmulos da posse encontra-se entre os legitimados à propositura das ações possessórias.

16) Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem.
- b) Aquele que ressarcir o dano causado por outrem pode reaver o que houver pago daquele por quem pagou, exceto se o causador do dano for descendente seu, absoluta ou relativamente incapaz, bem como pessoa posta sob sua curatela.

c) Os bens do responsável pela ofensa ou violação do direito de outrem ficam sujeitos à reparação do dano causado; e, se a ofensa tiver mais de um autor, todos responderão solidariamente pela reparação.

d) Aquele que demandar por dívida já paga, no todo ou em parte, sem ressaltar as quantias recebidas ou pedir mais do que for devido, ficará obrigado a pagar ao devedor, no primeiro caso, o dobro do que houver cobrado e, no segundo, o equivalente do que dele exigir, salvo se houver prescrição.

17) Leia atentamente:

I - Em caso de mudança abusiva de endereço por parte do guardião de menor, pode o juiz determinar a inversão da obrigação de levar e buscar a criança ou o adolescente da residência do alienador.

II - A alienação parental abrange as interferências na formação psicológica da criança ou do adolescente para que repudie o outro genitor ou seus familiares ou cause prejuízo ao relacionamento do menor com esses.

III - A lei determina que a alienação parental sancionável é aquela praticada pelo genitor, avós e outros familiares, não se estendendo ao tutor ou outras pessoas que tenham a criança ou adolescente sob a sua autoridade.

IV - A sanção de alteração da guarda da criança ou adolescente não pode ser cumulada com a sanção de multa ao alienador, em razão da vedação à dupla sanção.

De acordo com a Lei n.º 12.318/2010, que dispõe sobre a alienação parental, estão corretas as afirmações:

- a) II e III.
- b) I, II e IV.
- c) I e IV.
- d) I e II.

18) Quanto aos contratos, é correto afirmar que:

- a) Contratos paritários são aqueles em que a manifestação da vontade de uma das partes se reduz à mera anuência à proposta da outra.
- b) Os contratos típicos são apenas aqueles disciplinados pelo Código Civil.
- c) Dá-se a evicção quando o adquirente de uma coisa a perde em consequência da reivindicação judicial promovida pelo verdadeiro dono ou possuidor.
- d) Pelo princípio da liberdade contratual autoriza-se a celebração de qualquer tipo de contrato, desde que sua escolha recaia sobre um dos tipos contratuais previstos no Código Civil.

19) Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Nos casos de reprodução assistida heteróloga, apenas incidirá a presunção de paternidade se o marido autorizar o procedimento médico a ser realizado.
- b) A confissão materna, mesmo que extrajudicial, é suficiente para excluir a paternidade.
- c) Com o casamento, a união estável ou o concubinato do credor cessa o dever de prestar alimentos do cônjuge devedor de alimentos.
- d) Marcelo manteve relacionamento extraconjugal com Maria e deste relacionamento nasceu João, que foi reconhecido em Cartório por Marcelo quando tinha um ano. Muito embora tenha cumprido suas obrigações pecuniárias, Marcelo obteve todo e qualquer contato com João, que atualmente possui 20 anos e sequer conhece a meia-irmã, fruto do casamento do pai com Joana, sua esposa. De acordo com o Código Civil, é direito potestativo de João, em até quatro anos da maioridade ou emancipação, afastar o reconhecimento da paternidade efetuado por Marcelo.

**20) Acerca da aquisição da propriedade móvel é correto afirmar:**

- a) A usucapião de bens móveis pode dar-se na forma ordinária ou extraordinária.
- b) A acessão por formação de ilhas é espécie de aquisição originária de bens móveis.
- c) A confusão é modo de aquisição da propriedade móvel que ocorre quando sólidos pertencentes a proprietários distintos se confundem de tal modo que seja impossível separá-los novamente.
- d) A tradição ficta é forma originária de aquisição da propriedade móvel.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

21) Fulano propõe pedido de tutela provisória em caráter antecedente em face de Beltrano. No pedido, requer ao magistrado que determine o sequestro de bens de Beltrano, pois há o risco de este se reduzir a insolvência através da prática de atos de alienação. Indica, como pedido principal, a liquidação de sociedade empresarial não personificada, com a divisão do patrimônio da sociedade. Considerando o enunciado apresentado, assinale a alternativa correta.

- a) Concedida a tutela em caráter liminar, Fulano deverá aditar a inicial no prazo de 15 dias, formulando seu pedido principal anteriormente indicado.
- b) Se Beltrano não agravar da decisão, ela se tornará estável e o juiz extinguirá o processo.
- c) Caso concedida a tutela provisória pleiteada em caráter liminar, o réu será citado para contestar e indicar as provas que pretende produzir, no prazo de cinco dias.
- d) Por se tratar de modalidade de recurso, a interposição de embargos de declaração faz com que a tutela concedida não se estabilize.

22) Um dos princípios que rege o processo civil brasileiro é o da estabilidade subjetiva da demanda. Segundo este princípio, o autor delimita as partes do processo na petição inicial. Sobre o tema, assinale a alternativa correta:

- a) Se o requerido alegar ilegitimidade passiva, o autor poderá incluir o terceiro por ele nominado no polo passivo da demanda, mediante aditamento da inicial, mas jamais substituir o requerido pelo terceiro nominado.
- b) Esse princípio é relativizado em sua aplicação, pois, somente na fase de conhecimento pode-se alterar as pessoas que figuram nos polos da demanda; mas é de aplicação absoluta na fase de cumprimento da sentença, pois, quem não foi parte na fase de conhecimento, não pode figurar na fase executiva.
- c) A reconvenção pode ser proposta pelo réu em litisconsórcio com terceiro contra o autor e terceiro.
- d) Havendo a estabilidade subjetiva da demanda, não se admitirá a assistência, pois tal não é modalidade típica de intervenção de terceiro.

23) A respeito da ação de consignação em pagamento assinale a resposta correta:

- a) A ação de consignação em pagamento que tratar de prestações sucessivas, consignada uma delas, pode o devedor continuar a consignar, sem maiores formalidades, as que se forem vencendo, desde que o faça em até 5 (cinco) dias constados do respectivo vencimento, mesmo após o trânsito em julgado da sentença.
- b) Na ação de consignação em pagamento que tratar de prestações sucessivas, consignada uma delas, pode o devedor continuar a consignar, sem maiores formalidades, as que se forem vencendo, desde que o faça em até 5 (cinco) dias constados do respectivo vencimento, enquanto estiver pendente de sentença transitada em julgado.
- c) O deferimento da medida liminar autorizadora da consignação em pagamento gera para o devedor, no plano do direito material, o efeito concernente à cessação dos juros e dos riscos,

salvo se a demanda for julgada procedente.

d) A ação de consignação em pagamento tem por finalidade conferir ao autor o efeito liberatório da obrigação, semelhante à quitação, desde que haja, necessariamente, a transferência do bem para a propriedade do credor, por ocasião do deferimento da medida liminar.

24) Para que o terceiro tenha legitimidade para recorrer o que deverá ele comprovar? Das alternativas abaixo, assinale a correta:

- a) Que é parte no processo.
- b) Que os embargos de terceiro, são tempestivos.
- c) Cumpre ao terceiro demonstrar a possibilidade de a decisão sobre a relação jurídica submetida à apreciação judicial atingir direito de que se afirme titular ou possa discutir em juízo com substituto processual.
- d) Que a decisão recorrida é capaz de causar-lhe dano irreparável ou de difícil reparação.

25) Sobre os inventários e partilhas, é correto afirmar que:

- a) O Ministério Público, independentemente da capacidade dos herdeiros, sempre tem legitimidade concorrente para requerer o inventário e a partilha.
- b) O processo de inventário e partilha deve ser aberto no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da abertura da sucessão, devendo findar-se nos doze meses subsequentes, podendo o juiz prorrogar tais prazos, de ofício ou a requerimento da parte interessada.
- c) Para o tabelião lavrar a escritura pública do inventário, não é necessário que as partes estejam assistidas por advogado, desde que todas sejam maiores, capazes e concordes.
- d) O juiz decidirá todas as questões de direito desde que os fatos relevantes estejam provados por documento, só remetendo para as vias ordinárias as questões que dependerem de outras provas.

26) Quando, em capítulo da sentença, integrarem matérias do art. 1.015, do CPC, (Agravo de Instrumento), qual o recurso cabível e como deverá ser manifesta a insurgência. Das alternativas abaixo, assinale a correta:

- a) Quando em capítulo diverso da sentença integrar matéria relativa ao art. 1.015, do CPC, o recurso cabível é o agravo de instrumento.
- b) Se o juiz, na sentença apreciar matéria que a rigor era passível de interposição de agravo de instrumento, o recurso cabível é o de Apelação.
- c) Quando as questões mencionadas no art. 1015, do CPC integrarem capítulo da sentença, aplica-se o disposto no § 1º, do art. 1009, isto é a matéria deverá ser suscitadas em preliminar de apelação, eventualmente interposta contra a decisão final, ou nas contrarrazões.
- d) Nesta hipótese, o recorrente poderá ingressar com agravo de instrumento e apelação.

27) Sobre a execução de obrigação de entrega de coisa incerta, assinale a alternativa correta:

- a) Se não estiver especificado no título executivo a quem caiba a escolha (concentração), esta caberá ao credor, o que impede a expedição imediata de mandado de busca e apreensão ou imissão na posse sem que esse tenha efetuado a concentração em seu peticionamento.
- b) Se não estiver especificado no título executivo a quem caiba a escolha (concentração), esta caberá ao devedor, o que impede a expedição imediata de mandado de busca e apreensão ou imissão na posse.
- c) Se não estiver especificado no título executivo a quem caiba a escolha (concentração), esta caberá ao devedor, o que autoriza a expedição imediata de mandado de busca e apreensão ou imissão na posse em caso de descumprimento.

d) Se não estiver especificado no título executivo a quem caiba a escolha (concentração), esta caberá ao credor, o que autoriza a expedição imediata de mandado de busca e apreensão ou imissão na posse.

28) Sobre o pedido formulado em ação que se processe pelo procedimento comum, assinale a alternativa correta:

- a) Não há, efetivamente, diferença entre certeza e determinação, como características do pedido, já que se referem à mesma coisa.
- b) O magistrado pode julgar cada pedido individualmente, em caráter definitivo, mas esse julgado somente terá eficácia executiva após o julgamento da sentença final, que encerra a fase de conhecimento do processo.
- c) Quando, para cada pedido, corresponder tipo diverso de procedimento, será admitida a cumulação se a todos puder ser aplicado estritamente o procedimento comum.
- d) A interpretação do pedido considerará o conjunto da postulação e observará o princípio da boa-fé.

29) Assinale a alternativa correta em relação aos poderes do juiz nas execuções:

- a) Somente serão válidos os atos de coerção tipificados na norma processual, pois o rol que os prevê é taxativo.
- b) Poderá determinar prisão civil em caráter punitivo, se houver recalcitrância do devedor.
- c) É lícito ao juiz determinar todas as medidas indutivas, coercitivas, mandamentais ou sub-rogatórias necessárias para assegurar o cumprimento de ordem judicial, inclusive nas ações que tenham por objeto prestação pecuniária.
- d) Somente serão válidos os atos de sub-rogação tipificados na norma processual, pois o rol que os prevê é taxativo.

30) Fulano é condenado, por sentença cível de primeiro grau, ao pagamento da importância de R\$50.000,00, e apela dessa decisão. A apelação é recebida somente no efeito devolutivo. Considerando o enunciado acima, assinale a alternativa correta:

- a) O credor poderá promover a execução provisória da decisão, que englobará, além do valor principal, a multa de 10% e os honorários de 10%, comuns ao cumprimento definitivo da sentença.
- b) Se Fulano depositar o valor da condenação em juízo, ressaltando que não se trata de depósito em pagamento, mas de depósito com o objetivo de evitar a execução provisória, tal ato será tido por incompatível com o direito de recorrer, e o recurso restará prejudicado.
- c) Não cabe execução provisória na hipótese, o que faz com que todo depósito desses valores por parte de Fulano seja considerado incompatível com o direito de recorrer.
- d) O credor terá como opções alternativas a execução provisória ou o registro da hipoteca judiciária, até que a decisão transite em julgado.

DIREITO PENAL

31) Considere as assertivas abaixo para identificar a resposta:

I - A compreensão moderna da tipicidade abrange uma dimensão formal (subsunção do fato à norma) e outra material (relacionada ao grau de relevância do bem jurídico violado). Reconhecida a insignificância da conduta, exclui-se a tipicidade penal por ausência de tipicidade material.

II - Conforme orientação do Supremo Tribunal Federal, somente é possível o reconhecimento da atipicidade material da conduta pelo Princípio da Insignificância nos crimes patrimoniais.



III – De acordo com a concepção Funcionalista Teleológica (Claus Roxin), o Direito Penal tem por finalidade a proteção subsidiária e fragmentária dos bens jurídicos indispensáveis ao homem.

IV - Excluem a culpabilidade e a ilicitude, respectivamente, a coação moral irresistível e o exercício regular de direito.

- a) Apenas as assertivas I, III e IV estão corretas
- b) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- c) Apenas as assertivas II, III e IV estão corretas.
- d) Apenas as assertivas I e III estão corretas.

32) Segundo a jurisprudência do Superior Tribunal da Justiça, sobre o crime de furto, é correto afirmar:

- a) É possível o reconhecimento do privilégio previsto no § 2º do art. 155 do CP nos casos de furto qualificado, se estiverem presentes a primariedade do agente, o pequeno valor da coisa e a qualificadora for de ordem subjetiva.
- b) É possível o reconhecimento do privilégio previsto no § 2º do art. 155 do CP nos casos de furto qualificado, se estiverem presentes a primariedade do agente a sua boa conduta social, para qualquer que seja o valor da coisa, desde que a qualificadora seja de ordem objetiva.
- c) É possível o reconhecimento do privilégio previsto no § 2º do art. 155 do CP nos casos de furto qualificado, se estiverem presentes a primariedade do agente, o pequeno valor da coisa e a qualificadora for de ordem objetiva.
- d) É possível o reconhecimento do privilégio previsto no § 2º do art. 155 do CP nos casos de furto qualificado, se estiverem presentes a primariedade do agente a sua boa conduta social, para qualquer que seja o valor da coisa, desde que a qualificadora seja de ordem subjetiva.

33) Sobre o crime contra a dignidade sexual, assinale a alternativa correta:

- a) O crime de atentado violento ao pudor exige laudo pericial conclusivo, porquanto ser da modalidade que sempre deixa vestígios, face à sua natureza jurídica de crime material.
- b) O crime de rufianismo – aquele segundo o qual alguém tira proveito da prostituição alheia, participando diretamente de seus lucros ou fazendo-se sustentar, no todo ou em parte, por quem a exerça – foi revogado pela Lei nº 12.015/2009.
- c) Crimes praticados com o mesmo modus operandi em face de vítimas diferentes, em diversas ocasiões e no período de um mês, induz o reconhecimento de crime continuado em relação a cada vítima e concurso formal entre os crimes.
- d) O crime consuma-se no exato momento em que o agente, valendo-se de violência ou grave ameaça, pratica o feito voluntário destinado à satisfação de sua lascívia. Portanto, a consumação do delito confunde-se com o próprio ato libidinoso e a este é inerente.

34) Assinale a assertiva correta:

- a) Sistema de vigilância realizado por monitoramento eletrônico ou por existência de segurança no interior de estabelecimento comercial, por si só, justifica a concessão do perdão judicial ao crime de furto.
- b) Sistema de vigilância realizado por monitoramento eletrônico ou por existência de segurança no interior de estabelecimento comercial, por si só, não torna impossível a configuração do crime de furto.
- c) Sistema de vigilância realizado por monitoramento eletrônico ou por existência de segurança no interior de estabelecimento comercial, por si só, impõe o reconhecimento do privilégio quando da prática de crime de furto.

d) Sistema de vigilância realizado por monitoramento eletrônico ou por existência de segurança no interior de estabelecimento comercial, por si só, torna impossível a configuração do crime de furto.

35) Considere as assertivas abaixo para identificar a resposta:

I - A lei penal mais grave não se aplica ao crime continuado ou ao crime permanente, mesmo que sua vigência seja anterior à cessação da continuidade ou permanência.

II - Astolfo decide, após longa meditação, colocar um ponto final em suas desavenças com o vizinho, Herculano. Prepara seu revólver devidamente registrado, com autorização de porte, inclusive, e se dirige à residência do desafeto, onde o encontra terminando o jantar. Ao lhe apontar a arma, é impedido por Filomena que, por sorte, chegara naquele instante e, valendo-se do elemento surpresa, pôde, com pronta eficácia, evitar o disparo do revólver. Neste caso, é de se afirmar que houve desistência voluntária e Astolfo não poderá responder por qualquer infração penal.

III - “A”, com 25 anos de idade, entrega a “B”, absolutamente incapaz mentalmente, arma de fogo carregada, induzindo-o a disparar contra “X”, seu desafeto, que em razão dos tiros falece. Pode-se afirmar que “A” foi o autor mediato do crime praticado (homicídio) e “B”, por ser inimputável, deverá ser submetido à medida de segurança.

IV - Alícia, estrangeira, grávida de três meses e proveniente de país que não coíbe o aborto, ingeriu substância abortiva acreditando não ser proibido fazê-lo no Brasil. Nesse caso hipotético, o fato descrito poderá configurar erro de proibição, excluindo-se a culpabilidade de Alícia.

- a) Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas
- b) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- c) Apenas as assertivas II e III estão corretas.
- d) Apenas as assertivas III e IV estão corretas

36) Mulher casada, alegando ter sido vítima de estupro, foi submetida a exame de corpo de delito que, tendo constatado óbvia ruptura himenal de data não recente, não encontrou, todavia, na região vaginal dessa mulher, vestígios de conjunção de data recente. Em relação à materialidade, assinale a alternativa correta:

- a) A prova da existência do estupro como fato típico pode ser feita por outros meios idôneos.
- b) A existência do estupro não pode ser demonstrada por outros meios de prova.
- c) A palavra da vítima não tem valor probatório.
- d) Basta a comprovação da ruptura do hímen para que resulte comprovada a existência do estupro.

37) Assinale a assertiva correta:

- a) É admissível a extinção da punibilidade pela prescrição da pretensão punitiva com fundamento em pena hipotética, desde que se observe previamente que a pena a ser aplicada não ultrapassará em mais de 1/3 a pena mínima cominada.
- b) Não há crimes imprescritíveis no ordenamento jurídico brasileiro.
- c) É inadmissível a extinção da punibilidade pela prescrição da pretensão punitiva com fundamento em pena hipotética, independentemente da existência ou sorte do processo penal.
- d) A reincidência justifica o acréscimo de 1/3 no prazo da prescrição da pretensão punitiva.

38) Sobre a Lei Maria da Penha (11.340/2006), assinale a opção correta.

- a) Para os efeitos da referida lei, a configuração da violência doméstica e familiar contra a mulher depende da demonstração de coabitação da ofendida e do agressor.
- b) É tido como o âmbito da unidade doméstica o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, salvo as esporadicamente agregadas.
- c) A ofendida poderá entregar intimação ou notificação ao agressor se não houver outro meio de realizar a comunicação.
- d) Considera-se violência sexual a conduta de forçar a mulher ao matrimônio mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação, assim como a conduta de limitar ou anular o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos.

39) Considere as assertivas abaixo para identificar a resposta:

I - A conduta da gestante que, no intuito de provocar aborto, ingere substância que acredita ser abortiva, mas que não tem esse efeito, caracteriza crime impossível por ineficácia absoluta do meio.

II - A prova do crime de lesão corporal que ocasionou a incapacidade do ofendido para as ocupações habituais por mais de trinta dias depende de exame de corpo de delito complementar.

III - O crime de lesão corporal qualificado pela violência doméstica (CP, art. 129, § 9º) se aplica apenas quando o sujeito passivo da infração (vítima) for mulher, por força das alterações promovidas pela Lei Maria da Penha.

IV - Considere a seguinte situação hipotética. Lúcia, maior, capaz, no final do expediente, ao abrir o carro no estacionamento do local onde trabalhava, percebeu que esquecera seu filho de seis meses de idade na cadeirinha de bebê do banco traseiro do automóvel, que permanecera fechado durante todo o turno de trabalho, fato que causou o falecimento do bebê. Nessa situação, Lúcia praticou o crime de abandono de incapaz, na forma culposa, qualificado pelo resultado morte.

- a) Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.
- b) Apenas as assertivas III e IV estão corretas.
- c) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- d) Apenas as assertivas II e III estão corretas.

40) Considere as assertivas abaixo para identificar a resposta:

I - O crime de omissão de socorro, previsto no art. 135 do Código Penal, é omissivo próprio, essencialmente doloso e não admite tentativa.

II - Rômulo sequestrou Lúcio, exigindo de sua família o pagamento de R\$ 100.000,00 como resgate. Nessa situação, o crime de extorsão mediante sequestro praticado por Rômulo só se consumará quando o valor do resgate for efetivamente entregue ao agente.

III - O emprego de “revólver de brinquedo” é o bastante para configurar a causa de aumento da pena (majorante) prevista no inciso I do § 2.º do art. 157 do CP (emprego de arma).

IV - Antenor e Braz, ambos com dezenove anos de idade, planejam, em comum acordo, furtar bens dos pais de Antenor, quando estes estivessem trabalhando. Na data combinada, os agentes subtraíram joias e dinheiro, no valor total de R\$ 5.000,00, da residência do casal, local onde reside Antenor. Com base nessa situação hipotética e no que dispõe o CP, é correto dizer que, independentemente da quantia e da utilidade dos bens subtraídos, Antenor está isento de pena.

- a) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- b) Apenas as assertivas I e IV estão corretas.
- c) Apenas as assertivas III e IV estão corretas.
- d) Apenas as assertivas II e III estão corretas.

**DIREITO PROCESSUAL PENAL**

41) Tendo em conta os princípios que regem o processo penal, aponte a alternativa correta:

I – O princípio do *favor rei* é aquele que impõe seja sempre adotada a interpretação mais favorável ao acusado quando houver dúvida na aplicação da lei.

II – Diante do princípio do estado de inocência, o órgão acusador possui o ônus de demonstrar a responsabilidade penal do réu.

III – O processo penal é, via de regra, público, todavia há casos em que o sigilo pode ser decretado a fim de evitar escândalos ou para proteger a intimidade dos envolvidos.

IV – O duplo grau de jurisdição está previsto expressamente na Constituição Federal e implicitamente em outras normas incorporadas ao ordenamento jurídico pátrio, como no Pacto de São José da Costa Rica.

- a) Todas alternativas são verdadeiras.
- b) Apenas a alternativa I é falsa.
- c) Apenas as alternativas II e IV são falsas.
- d) Apenas as alternativas I, II e III são verdadeiras.

42) Assinale a alternativa correta no concernente aos juizados especiais criminais e investigação criminal:

a) Para definição da competência do juizado especial criminal no concurso material de crimes, a soma das penas máximas cominadas para cada crime não pode exceder a dois anos.

b) Caberá recurso especial contra a decisão da turma recursal dos juizados especiais criminais que negue provimento a recurso interposto contra sentença penal condenatória, caso seja demonstrada ofensa a dispositivo de norma infraconstitucional

c) No juizado especial criminal, é inadmissível a transação penal caso se comprove que o autor da infração foi condenado em sentença definitiva por crime ou contravenção penal de caráter culposo ou doloso.

d) Não se admite a transação penal nem a composição civil dos danos nos processos de competência dos juizados especiais criminais que, por motivo de conexão ou continência, tiverem sua competência deslocada para o tribunal do júri.

43) Em relação aos aspectos processuais penais da legislação extravagante, é correto dizer:

a) A Lei Maria da Penha (Lei n. 11.340/2006) considera de ação pública incondicionada a ação penal por crime de lesão corporal, ainda que leve, praticado contra mulher, como resultado de violência doméstica ou familiar. No entanto, é de ação pública condicionada a representação o crime de ameaça cometido nessas condições.

b) A colaboração premiada prevista na Lei n. 12.850/2013, dos crimes de organizações criminosas, é obtida mediante negociação entre o investigado ou acusado, assistido por seu Defensor, e o Ministério Público ou Delegado de Polícia, na presença do juiz, que depois faz a homologação para valer como um dos elementos probatórios na investigação ou na ação penal contra o delatado.

c) De acordo com o art. 5º, inciso XII, da Constituição da República, e a Lei n. 9.296/96, o juiz pode conceder autorização para interceptação de comunicação telefônica com vistas à obtenção de prova para utilização exclusivamente em processo civil.

d) Não cabe a concessão de liberdade provisória ao indiciado ou acusado de crimes de posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito, comércio ilegal de arma de fogo e tráfico internacional de arma de fogo.

44) Sobre aspectos processuais penais, em geral, é correto dizer:

- a) É necessária a “*mutatio libelli*”, com aditamento da denúncia, para inclusão de qualificadora ou causa de aumento de pena na capitulação do delito, mesmo quando houver descrição explícita ou implícita do fato, na denúncia, uma vez que haverá agravamento da situação do acusado.
- b) O princípio da fungibilidade dos recursos autoriza sempre o conhecimento de um recurso erroneamente denominado pelo outro que a lei considera adequado.
- c) “Coisa soberanamente julgada”, cuja imutabilidade é absoluta, decorre de sentença absolutória própria transitada em julgado.
- d) Cabe a suspensão condicional do processo, nos termos do art. 89 e seus parágrafos, da Lei n. 9.099/95, no tocante a crimes conexos, quando a pena de cada um deles não ultrapassar um (1) ano.

45) Sobre a prisão cautelar, assinale a alternativa correta:

- a) Em caso de excepcional gravidade, ainda que analisada abstratamente, o princípio da presunção de inocência poderá ser desprezado, a fim de se autorizar o largo emprego de prisões cautelares.
- b) Na análise do cabimento da prisão preventiva, deve o juiz ponderar, na decisão, se não são aplicáveis medidas diversas menos gravosas.
- c) O prazo da prisão temporária, ainda que prorrogada, jamais excederá a 10 (dez) dias.
- d) Em caso de descumprimento de alguma medida cautelar, a regra será a decretação imediata e automática da prisão processual.

46) A respeito dos Juizados Especiais Criminais, assinale a alternativa correta:

- a) Consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo, para os efeitos da Lei n.º 9.099/95, somente os crimes a que a lei comine pena mínima não superior a 2 (dois) anos, cumulada ou não com multa.
- b) O processo perante o Juizado Especial orientar-se-á pelos critérios da oralidade, formalidade, economia processual e celeridade.
- c) Os Juizados Especiais Criminais estaduais são órgãos do Poder Judiciário, criados pela Lei Federal n.º 9.099/95, com o intuito de agilizar os procedimentos penais de sua competência, objetivando, sempre que possível, a reparação dos danos sofridos pela vítima e a aplicação de pena não privativa de liberdade.
- d) A União, no Distrito Federal e nos Territórios, e os Estados criarão os juizados especiais, providos somente por juízes togados, competentes para a conciliação, o julgamento e a execução de infrações penais de menor potencial ofensivo, mediante os procedimentos oral e sumaríssimo, em todas as hipóteses, a transação e o julgamento de recursos por turmas de juízes de primeiro grau.

47) Sobre os procedimentos previstos no Código de Processo Penal é ERRÔNEO aduzir:

- a) No procedimento ordinário as provas serão produzidas numa só audiência, salvo a oitiva dos peritos, que deve ser feita em momento distinto, dependendo de prévio requerimento das partes.
- b) Contra a decisão que não receber a denúncia ou queixa caberá recurso em sentido estrito. Todavia, se após a resposta à acusação o juiz absolver sumariamente o acusado, será cabível a apelação criminal.
- c) Está estabelecida a ordem na audiência de instrução e julgamento dos procedimentos sumário e ordinário, devendo ser o interrogatório o seu último ato.
- d) Segundo o Código, o procedimento comum será ordinário, sumário ou sumaríssimo, considerando para tanto a sanção máxima cominada aos crimes em apuração.



48) No tocante ao assistente da acusação é correto afirmar:

- a) O assistente recebe os autos no estado em que estiver quando de sua habilitação, podendo apenas solicitar a reedição de atos instrutórios se as partes principais assim permitirem.
- b) Cabe recurso inominado contra a decisão que não admite sua habilitação no feito.
- c) Pode atuar na ação penal privada e pública, mas nesta somente para reforçar a acusação, possuindo poderes limitados.
- d) Não atua, nesta condição, na fase inquisitorial, tampouco há previsão de sua intervenção na fase da execução da pena.

49) No que tange a recursos no processo penal, é correto afirmar:

- a) O protesto por novo júri, mantido no Código de Processo Penal pela legislação alteradora de 2008, é recurso posto à disposição do réu para pleitear novo julgamento pelo Tribunal do Júri, no caso de sua condenação ter sido a uma pena de 20 anos ou mais.
- b) O processamento de Recurso Especial e de Recurso Extraordinário, à falta de regras específicas na legislação processual penal, segue as normas contidas no Código de Processo Civil de 2015.
- c) Da sentença de absolvição sumária no processo de competência do Tribunal do Júri cabe recurso em sentido estrito.
- d) O Ministério Público pode requerer revisão criminal “*pro societate*” da sentença que tenha absolvido o acusado por insuficiência de provas de sua autoria ou participação, se posteriormente ao trânsito em julgado, em justificação judicial, forem obtidas novas e consistentes provas de autoria dele no crime, inclusive confissão perante o Promotor de Justiça, na presença do Defensor, e apreensão da “*res furtiva*” em mãos do referido acusado.

50) No tocante à sentença penal, é correto afirmar:

- a) De acordo com recente decisão do Supremo Tribunal Federal, com repercussão geral, a perda decretada em sentença condenatória penal, em favor da União, de veículos apreendidos por estarem sendo utilizados para o tráfico de drogas, pelo réu condenado por crime dessa natureza, independe da habitualidade dessa utilização e da existência de compartimentos específicos para transporte da droga.
- b) Para os réus condenados por crime hediondo ou tráfico de drogas o recolhimento à prisão para poder apelar é a regra, enquanto a liberdade é a exceção a ser devidamente fundamentada pelo juiz.
- c) Se o acusado for considerado semi-inimputável o juiz deve proferir sentença absolutória imprópria e determinar que ele cumpra medida de segurança de internação ou tratamento ambulatorial.
- d) Um dos efeitos da sentença absolutória própria baseada na insuficiência de provas da autoria imputada ao acusado é a impossibilidade de revolver essa questão da autoria em ação de responsabilidade civil.

DIREITO ADMINISTRATIVO

51) No tocante aos elementos dos atos administrativos, é correto afirmar que:

- a) O ato praticado por outra autoridade não será passível de convalidação pela autoridade competente.
- b) O chamado “desvio de poder” ocorre quando o ato não atinge finalidade pública, mas é motivado por outras causas alheias ao interesse coletivo.
- c) A lei dispensa a motivação dos atos administrativos que decidam recursos administrativos.
- d) O ato com desvio de finalidade é passível de convalidação pelos critérios de conveniência e

oportunidade.

52) Tratando da invalidação dos atos administrativos, é correto afirmar:

- a) O ato administrativo goza de presunção de legalidade mas, se constatado vício, a administração tem o direito de anulá-lo a qualquer tempo.
- b) A revogação do ato administrativo eivado de vício dispensa o contraditório.
- c) Os atos administrativos que produzam efeitos favoráveis para seus destinatários somente poderão ser revogados até o prazo decadencial de 5 (cinco) anos.
- d) A anulação de ato administrativo pelo Poder Judiciário sempre terá efeitos retroativos à data de sua edição.

53) O poder de polícia:

- a) Está sujeito ao controle pelo princípio da proporcionalidade.
- b) Pode ser outorgado à iniciativa privada através de licitação, delegação ou terceirização.
- c) Gera direito à indenização quando implicar em restrição à propriedade privada.
- d) Pode ser imposto coercitivamente e de forma individualizada se não houver previsão legal.

54) São exemplos de cláusulas exorbitantes nos contratos administrativos, EXCETO:

- a) Aplicação da teoria da imprevisão.
- b) Aplicação direta de penalidades.
- c) Alteração unilateral do contrato.
- d) Rescisão unilateral.

55) A respeito dos contratos administrativos, pode-se afirmar:

- a) A exceção do contrato não cumprido do art. 476 do Código Civil aplica-se aos contratos administrativos.
- b) Por ser típica modalidade de contrato de adesão, deverá ser interpretado da forma mais favorável ao hipossuficiente.
- c) Admitem exceção à pessoalidade, com a subcontratação de serviços técnicos especializados.
- d) O reajuste periódico dos preços por aplicação de índice previamente fixado dispensa aditamento ao contrato.

56) Tratando do instituto da licitação, pode-se afirmar que:

- a) A dispensa de licitação decorre da inviabilidade de competição entre os concorrentes dada a natureza da contratação.
- b) O sigilo na apresentação da proposta não conflita com o princípio da publicidade dos atos da administração, porque visa justamente assegurar a igualdade entre os licitantes.
- c) Nas hipóteses de inexigibilidade de licitação constantes da Lei 8.666/1993 a concorrência seria possível, mas não é conveniente para a administração.
- d) Além das hipóteses legais, outros casos de dispensa poderão ser reconhecidos por ato motivado da administração.

57) Ainda sobre licitação, pode-se afirmar:

- a) Pelo princípio do contraditório, está assegurada a recorribilidade de todas as fases da licitação.
- b) Conforme entendimento jurisprudencial, o vencedor do certame licitatório adquire direito subjetivo à contratação.
- c) Somente o licitante devidamente habilitado possui legitimidade para impugnar o edital de licitação.



d) A competência privativa da União para legislar sobre licitação impede que os demais entes federados criem normas supletivas, tais como a manutenção de um cadastro de fornecedores.

58) Constituição da República, art. 173: “Ressalvados os casos previstos nesta Constituição, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei”.

a) Pelo processo de desconcentração, podem ser criadas empresas públicas e sociedades de economia mista para exploração de atividades econômicas típicas do mercado.

b) As sociedades de economia mista são pessoas jurídicas de direito privado, criadas por lei para a exploração de atividade econômica, sob a forma de sociedade anônima controlada pela administração.

c) As empresas públicas e sociedades de economia mista obedecem ao regime de direito público, inclusive quanto a contratações civis e trabalhistas, e são isentas de obrigações tributárias.

d) Pelo processo de descentralização, os serviços públicos exclusivos do Estado podem ser executados por empresas públicas e sociedades de economia mista.

59) Funcionário público é toda pessoa legalmente investida no cargo público. Pode-se ainda afirmar:

a) Em caso de urgência, o servidor poderá assumir o cargo sem a formalidade da posse.

b) É permitida a acessibilidade aos cargos no serviço público apenas a brasileiros natos ou naturalizados.

c) São formas de perda do cargo público pelo servidor efetivo o processo administrativo disciplinar e a sentença criminal transitada em julgado.

d) Após a Constituição de 1988 somente a Lei poderá efetivar em cargo público o servidor admitido sem concurso.

60) A responsabilidade civil por atos omissivos da administração:

a) Decorre da teoria do risco integral.

b) Admite a responsabilidade do Estado por afogamento em rio ou barragem.

c) Não se reconhece em fatos provocados exclusivamente por terceiro, tal como briga de pacientes em hospital público.

d) Haverá responsabilidade da União por ato terrorista contra aeronave brasileira, independentemente de culpa.

DIREITO TRIBUTÁRIO

61) A empresa Pipoca Ltda, com sede na cidade de Joinville, Santa Catarina, realiza operações de compra e venda de materiais de escritórios. Em 12/06/2004 foi cientificada do lançamento fiscal exigindo diferenças de ICMS, bem como aplicação de multa de 75% sobre o valor do tributo devido. No dia 22/01/2008 parcelou o débito em sessenta prestações iguais, mensais e consecutivas e quitou as dez primeiras parcelas. Em 15/05/2009 a autoridade rescindiu o parcelamento por falta de pagamento de duas prestações, conforme autorizado por lei. A fazenda pública protocolizou a Execução Fiscal para a cobrança do saldo devedor em 22/09/2011 e o despacho de citação ocorreu em 20/10/2011. Por sua vez, a citação da empresa deu-se em 11/11/2011.

A empresa Pipoca defendeu-se judicialmente alegando que a dívida estaria prescrita antes do início do processo de Execução Fiscal. A alegação da empresa:



- a) É procedente, uma vez que o prazo prescricional é de cinco anos contado da ciência do lançamento;
- b) É improcedente, em razão de ter ocorrido a decadência e não a prescrição;
- c) É procedente, vez que transcorreu o prazo prescricional de 2 anos;
- d) É improcedente, em razão do pedido de parcelamento ter interrompido o prazo prescricional.

62) Estabeleça a relação abaixo entre os tributos e suas hipóteses ou finalidades, assinalando, na sequência, a ordem correta das respostas:

- a) Imposto
- b) Taxa
- c) Contribuição de Melhoria
- d) Contribuição Especial
- e) Empréstimo Compulsório

- () Valorização imobiliária decorrente de obra pública.
- () Calamidade pública, guerra externa e sua iminência.
- () Situação independente de qualquer atividade estatal específica relativa ao contribuinte.
- () Interesse de categorias profissionais ou econômicas.
- () Exercício da atividade de polícia.

É a seguinte a ordem correta das respostas:

- a) a, b, c, d, e.
- b) c, e, a, d, b.
- c) e, d, c, b, a.
- d) d, b, a, e, c.

63) A Delegacia da Receita Federal, através de seus auditores fiscais, procedeu a uma diligência em determinada empresa acerca do IPI referente a fatos geradores ocorridos entre setembro e dezembro de 2002. De tal diligência fiscalizatória redundou a lavratura de termo de lançamento do qual a empresa foi notificada em 15/10/2003. A sociedade empresária, intimada do auto de infração, resolveu apresentar impugnação administrativa, o que o fez tempestivamente, sendo que tal discussão veio a findar-se em 19/03/2004. Intimado a pagar o débito, em 30 (trinta) dias, ou seja, até 18/04/2004 a empresa quedou-se inerte. Na data de 15/05/2007 a PFN inseriu o crédito em dívida ativa, ajuizando a execução fiscal em 10/01/2012, tendo o magistrado competente recebido a inicial em 12/02/2012. Com base nestes dados, a executada poderá alegar em sua defesa, apenas:

- a) Prescrição que ocorreu em 19/04/2009
- b) Decadência, que ocorreu em 16/10/2008
- c) Prescrição que ocorreu em 01/01/2008
- d) Não há defesa em razão de decadência, pois esta ocorreria apenas em 01/01/2008, nem em relação à prescrição, pois esta ocorreria apenas em 16/05/2012, tendo a RFB lançado o tributo e a PFN ajuizado a ação dentro dos respectivos prazo legais

64) Sobre o conceito de tributo e suas espécies, analise as assertivas a seguir e assinale a alternativa correta:

I – a contribuição social denominada “PIS” e incidente sobre o faturamento é tributo, mesmo não figurando no texto do artigo 145 da Constituição (“Art. 145. A União, os

Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir os seguintes tributos: I - impostos; II - taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição; III - contribuição de melhoria, decorrente de obras públicas”)

II - é toda prestação pecuniária em moeda, não decorrente de ato ilícito, cobrada em favor do Estado ou em favor de quem ele delegar, motivo pelo qual a contribuição para o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço é um tributo

III - é toda prestação pecuniária em moeda, não decorrente de ato ilícito, cobrada em favor do Estado, motivo pelo qual a contribuição para o Sistema S (SESC, SESI, SENAI...) é um tributo

- a) Apenas a assertiva I está correta
- b) Apenas as assertivas I e II estão corretas
- c) Apenas a assertiva III está correta
- d) Apenas as assertivas I e III estão corretas

65) No que atine aos Princípios Constitucionais Tributários, indique a afirmativa FALSA:

- a) Os impostos serão graduados segundo a capacidade do contribuinte. Trata-se, aqui, do Princípio da Capacidade Contributiva, que decorre do Princípio da Igualdade Tributária e que exige que só sejam atingidos bens e rendas de cidadãos que auferiram mais do que um salário mínimo mensal.
- b) Segundo o Princípio da Legalidade Tributária é vedado instituir ou aumentar tributo sem lei, mas é facultado ao executivo alterar as alíquotas do Imposto de Importação, do Imposto de Exportação, do IPI e do IOF, desde que atendidos os limites e as condições estabelecidos em lei.
- c) A proibição constitucional de instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente corresponde ao Princípio da Igualdade Tributária.
- d) A vedação constitucional à cobrança de tributos em relação a “fatos geradores” ocorridos antes do início da vigência da lei que os instituiu ou aumentou consiste no Princípio da Irretroatividade Tributária.

66) A empresa ABC Distribuidora Produtos Alimentícios Ltda. alugou a sala comercial na qual antigamente funcionava a empresa JBS Distribuidora de Produtos Alimentícios Ltda., esta segunda devedora de ICMS para o Estado de Santa Catarina. Passados alguns meses, a empresa ABC recebeu citação em execução fiscal, em seu nome (ABC) por débitos da JBS. Analisando o processo, verificou que a PGE solicitou a inclusão da ABC no pólo passivo por sucessão empresarial. Diante desta situação fática:

- a) A inclusão da empresa ABC no pólo passivo é legal, tendo em vista que basta a empresa passar a funcionar no mesmo local que a outra para ser responsável tributária pelos débitos da anterior.
- b) A inclusão da empresa ABC no pólo passivo é legal, mas ambas serão solidariamente responsáveis.
- c) A inclusão da empresa ABC é ilegal, mesmo que tenha adquirido também o fundo de comércio da empresa JBS.
- d) A inclusão da empresa ABC é ilegal, tendo em vista que não basta a empresa passar a funcionar no mesmo local que a outra para ser responsável tributária pelos débitos da anterior.

67) No que concerne à Ação Anulatória de Débito Fiscal inscrito em dívida ativa, assinale a alternativa correta:

- a) Para a sua propositura, é indispensável o depósito do valor integral do crédito tributário
- b) Poderá ser proposta com o depósito do valor integral da dívida, entretanto, não haverá a



suspensão a exigibilidade do crédito tributário, por se tratar de dívida ativa.

c) Poderá ser proposta a qualquer momento após a notificação do lançamento, independente da prévia garantia do Juízo pelo depósito integral do valor do crédito tributário.

d) Tem âmbito restrito à discussão sobre a validade formal do ato de inscrição do crédito tributário em dívida ativa.

68) Em 15/12/2014 Carlos vende para Pedro uma sala comercial localizada no Município de Penha/SC. Em 20/10/2016 o Município intima Pedro para realizar o pagamento do IPTU relativo ao ano de 2013. Segundo as normas gerais de Direito Tributário previstas no Código Tributário Nacional:

a) Carlos é contribuinte do IPTU de 2013 e responsável tributário pelo IPTU de 2016;

b) Pedro é responsável tributário pelo IPTU de 2013 e deverá suportar o ônus desse crédito tributário;

c) Carlos é responsável tributário pelo IPTU de 2013 e Pedro não possui qualquer dever em relação a esse crédito tributário;

d) Caso houvesse um contrato entre Carlos e Pedro prevendo que o primeiro suportaria qualquer dívida tributária relativa ao período em que era proprietários, Pedro estaria liberado da obrigação perante o Fisco municipal.

69) Luke tem 8 (oito) anos e recebeu aos 3 (três) anos um apartamento em doação de sua avó. Seu pai, Darth, colocou o apartamento para alugar em quatro imobiliárias diferentes, porém em virtude da crise não obteve sucesso nos últimos três anos, ficando o apartamento vazio. O IPTU – Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana não foi pago nestes últimos 3 anos, totalizando uma dívida de R\$ 6.000,00. Caso o Município venha a cobrar judicialmente este débito:

a) Darth, sendo pai do incapaz, poderá ser executado na qualidade de contribuinte, solidariamente a Luke.

b) Darth, sendo pai do incapaz, poderá ser executado na qualidade de contribuinte, subsidiariamente a Luke.

c) Darth, sendo pai do incapaz, não poderá ser executado na situação que se apresenta, pois não houve omissão de sua parte.

d) Darth, sendo pai do incapaz, não poderá ser executado, ainda que praticasse ato contra a lei (infração legal).

70) Assinale a assertiva que contém apenas tributos de competência impositiva dos Municípios e Distrito Federal:

a) Imposto sobre a Propriedade Rural; Taxas; Imposto sobre Serviços

b) Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública; Contribuição sobre a folha de salários; Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores

c) Empréstimo Compulsório; Imposto sobre Serviços; Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana

d) Contribuição de Melhoria, Contribuição para o Serviço de Iluminação Pública; Imposto sobre a Transferência de Bens Imóveis (inter vivos)

DIREITO EMPRESARIAL

71) De acordo com o Código Civil e a Lei n. 12.441/2011, que tratam da Empresa Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI, assinale a alternativa correta:

- a) A pessoa natural que constituir empresa individual de responsabilidade limitada poderá figurar em outra empresa desta modalidade.
- b) A empresa individual de responsabilidade limitada será constituída por uma única pessoa titular da totalidade do capital social, devidamente integralizado, que não será inferior a 100 (cem) vezes o maior salário mínimo vigente no País.
- c) Aplicam-se à empresa individual de responsabilidade limitada, no que couber, as regras previstas para as sociedades anônimas.
- d) A empresa individual de responsabilidade limitada deve ser constituída para este fim, não podendo, portanto, resultar da concentração das quotas de outra modalidade societária num único sócio, independentemente das razões que motivaram tal contração.

72) De acordo com a Lei nº 6.404/76, que trata da Sociedade Anônima, assinale a alternativa correta:

- a) É um requisito preliminar para a constituição da sociedade anônima a realização, como entrada, de 20% (vinte por cento), no mínimo, do preço de emissão das ações subscritas em dinheiro, mediante depósito efetuado no Banco do Brasil S.A., ou em outro estabelecimento bancário autorizado pela Comissão de Valores Mobiliários.
- b) As ações preferenciais sem direito de voto adquirirão o exercício desse direito se a companhia, pelo prazo previsto no estatuto, não superior a três exercícios consecutivos, deixar de pagar os dividendos fixos ou mínimos a que fizerem jus, direito que conservarão até o pagamento, se tais dividendos não forem cumulativos, ou até que sejam pagos os cumulativos em atraso.
- c) O capital social da sociedade anônima poderá ser formado com contribuições em dinheiro, prestação de serviços ou em qualquer espécie de bens suscetíveis de avaliação em dinheiro.
- d) Sociedade anônima de capital fechado, também conhecida como companhia fechada, é aquela cujos valores mobiliários de sua emissão estejam ou não admitidos à negociação no mercado de valores mobiliários.

73) De acordo com o Código Civil, que trata das Sociedades Limitadas, assinale a alternativa correta:

- a) As deliberações dos sócios na sociedade limitada serão tomadas em reunião ou em assembleia, conforme previsto no contrato social. Todavia, a deliberação em assembleia será obrigatória se o número dos sócios for superior a 10 (dez).
- b) O contrato social deverá prever a regência supletiva da sociedade limitada pelas normas da sociedade anônima.
- c) Na sociedade limitada, as deliberações infringentes do contrato ou da lei tornam ilimitada a responsabilidade dos administradores da sociedade.
- d) Na sociedade limitada, independentemente da integralização ou não do total do capital social, a responsabilidade dos sócios é restrita ao valor de suas quotas, sem presunção de responsabilidade solidária entre os sócios.

74) De acordo com a Lei n. 7.357/85, que trata sobre o cheque, assinale a alternativa correta:

- a) O cheque é uma ordem de pagamento à vista ou a prazo e prescreve em 6 (seis) meses, contados da expiração do prazo de apresentação.
- b) No cheque, feita a indicação da quantia em algarismos e por extenso, prevalece aquela no caso de divergência.
- c) A morte do emitente do cheque ou a sua incapacidade superveniente à emissão não invalidam os efeitos do cheque.



d) Considera-se escrita a estipulação de juros inserida no cheque.

75) Segundo a Lei nº 10.406/2002, que trata do Direito de Empresa, assinale a alternativa correta:

- a) O sócio, admitido em sociedade já constituída, se exime das dívidas sociais anteriores à admissão.
- b) Nas sociedades personificadas, os bens particulares dos sócios não podem ser executados por dívidas da sociedade, senão depois de executados os bens sociais.
- c) A administração da sociedade, nada dispondo o contrato social, impõe que seja feita conjuntamente.
- d) O credor particular de sócio não pode, na insuficiência de outros bens do devedor, fazer recair a execução sobre o que a este couber nos lucros da sociedade, ou na parte que lhe tocar em liquidação.

76) De acordo com a Lei nº 11.101/05, que trata da classificação dos créditos no processo de falência, assinale a alternativa correta:

- a) Os créditos tributários, independentemente da sua natureza e tempo de constituição, excetuadas as multas tributárias, serão pagos após serem pagos os créditos com garantia real até o limite do bem gravado.
- b) Os créditos dos sócios, denominados de créditos subordinados, prevalecem a todos os demais créditos na ordem de classificação de créditos concursais no processo falimentar.
- c) Os créditos derivados da legislação do trabalho e os decorrentes de acidentes de trabalho são limitados a 150 (cento e cinquenta) salários mínimos por credor.
- d) Os créditos decorrentes das remunerações ao administrador judicial e seus auxiliares, e créditos derivados da legislação do trabalho ou decorrentes de acidentes de trabalho relativos a serviços prestados após a decretação da falência, portanto, denominados créditos extraconcursais, prevalecem a todos os demais créditos no processo falimentar e serão pagos tão logo haja disponibilidade em caixa.

77) De acordo com a Lei n. 6.404/76, que trata da sociedade anônima, assinale a alternativa correta:

- a) Na sociedade anônima a cada ação preferencial corresponde um voto nas deliberações da assembleia geral e às ações ordinárias é assegurado o direito de preferência no recebimento dos lucros sociais.
- b) O acionista que não realizar, nas condições previstas no estatuto social ou no boletim de subscrição, as ações subscritas ou adquiridas é considerado sócio remisso.
- c) As sociedades anônimas abertas e fechadas podem emitir partes beneficiárias.
- d) A sociedade anônima será designada por denominação acompanhada das expressões “companhia”, ou “sociedade anônima”, expressas por extenso ou abreviadamente, no início ou no final do nome.

78) A Lei nº 11.101/05, que regula a Recuperação Judicial, a Extrajudicial e a Falência da empresa. Dentre as afirmativas abaixo, assinale a correta, segundo a Lei citada.

- a) A empresa pública, a sociedade de economia mista e o consórcio estão sujeitos à falência.
- b) São exigíveis do devedor, na recuperação judicial ou na falência, as obrigações a título gratuito e as despesas que os credores fizerem para tomar parte na recuperação judicial ou na falência, salvo as custas judiciais decorrentes de litígio com o devedor.



- c) A decretação da falência ou o deferimento do processamento da recuperação judicial não suspende o curso da prescrição e de todas as ações e execuções em face do devedor, inclusive aquelas dos credores particulares do sócio solidário.
- d) É competente para homologar o plano de recuperação extrajudicial, deferir a recuperação judicial ou decretar a falência o juízo do local do principal estabelecimento do devedor ou da filial de empresa que tenha sede fora do Brasil.

79) De acordo com a Lei nº 10.406/2002 (Código Civil), que trata do Direito de Empresa, assinale a alternativa correta:

- a) A sociedade adquire a personalidade jurídica com a assinatura, pelos sócios, dos atos constitutivos, independentemente de registro.
- b) A pessoa legalmente impedida de exercer atividade própria de empresário, se a exercer não responderá pelas obrigações contraídas.
- c) Independentemente do regime de casamento, é proibido aos cônjuges contratar sociedade, entre si ou com terceiros.
- d) O empresário casado pode, sem necessidade de outorga conjugal, qualquer que seja o regime de bens, alienar os imóveis que integram o patrimônio da empresa ou gravá-los de ônus real.

80) De acordo com a legislação brasileira, que trata das sociedades, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Na sociedade em comandita simples, os sócios comanditários respondem solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais e os sócios comanditados, obrigados somente pelo valor de sua quota.
- b) Nas sociedades cooperativas, as quotas do capital social são intransferíveis a terceiros estranhos à sociedade, ainda que por herança.
- c) Na sociedade em conta de participação, obriga-se perante terceiro tão somente o sócio ostensivo; e, exclusivamente perante este, o sócio participante, nos termos do contrato social.
- d) Na sociedade em nome coletivo, a administração compete exclusivamente a sócios, sendo o uso da firma, nos limites do contrato, privativo dos que tenham os necessários poderes.

JUIZADOS ESPECIAIS

81) Com mais de duas centenas de projetos de lei em andamento no Congresso Nacional, boa parte para aumentar a abrangência, a competência do Sistema, o tema Juizados Especiais suscita algumas conclusões. Assinale a alternativa ERRADA:

- a) Há uma percepção (que pode ou não ser real) da população de que o Sistema, por ser baseado na simplificação e redução de custos é mais atrativo, célere e eficiente.
- b) A pretensão é que com tantos novos legitimados ativos e temas, nesses projetos de lei, o Sistema sucumba ao número de processos entrados e acabe se ordinarizando.
- c) Parte daqueles que deseja ser inserido no polo ativo como legitimado (e hoje não ainda é legitimado) busca, inclusive, a dispensa do pagamento de custas (como regra geral, em primeiro grau de jurisdição).
- d) Como delineado o Sistema dos Juizados demonstra que é uma alternativa viável com menor burocratização do processo, e potencial maior agilidade, tão mais realizável quanto mais se observarem os princípios norteadores do Sistema, contextualizados na Lei nº 9.099/95, bem como, o procedimento especializado (naquilo que há especialização) em detrimento daquele do processo civil.

82) Quanto à natureza jurídica dos Enunciados do Fonaje e do Fejesc, é correto afirmar:

- a) São enunciados de jurisprudência sem vinculação.

- b) São enunciados de jurisprudência vinculante.
- c) São enunciados doutrinários.
- d) São enunciados legais.

83) Nos Juizados Especiais Cíveis,

I - A complexidade da causa é irrelevante na fixação da competência dos juizados, apenas a complexidade da prova afasta a competência do juizado cível, motivando a extinção do processo.

II - A despeito de ter-se eliminado o procedimento sumário no novo CPC, os juizados continuam competentes para o processamento e julgamento das causas previstas no art. 275, inc. II, da Lei 5.869/1973.

III - A parte pode ingressar com uma ação autônoma nos juizados e outra no juízo cível comum, com pedidos diversos, ainda que fundamentados na mesma causa de pedir.

IV - As ações sujeitas a procedimento especial, independentemente do valor atribuído à causa, tem competência no microsistema dos juizados.

- a) Somente as proposições I e II estão corretas.
- b) Somente as proposições I e III estão corretas.
- c) Somente as proposições II, III e IV estão corretas.
- d) Somente as proposições I, II e III estão corretas.

84) Assinale a alternativa correta. Para o Sistema dos Juizados Especiais, o conceito de:

a) Oralidade está ligado aos atos que normalmente possuem uma forma explicitada em lei, todavia, são praticados sem prejuízo às partes deixando-se de lado alguns elementos desses legalmente previstos.

b) Celeridade está ligado aos atos que normalmente possuem uma forma explicitada em lei, todavia, são praticados sem prejuízo às partes deixando-se de lado alguns elementos desses legalmente previstos.

c) Informalidade está ligado aos atos que normalmente possuem uma forma explicitada em lei, todavia, são praticados sem prejuízo às partes deixando-se de lado alguns elementos desses legalmente previstos.

d) Economia processual está ligado aos atos que normalmente possuem uma forma explicitada em lei, todavia, são praticados sem prejuízo às partes deixando-se de lado alguns elementos desses legalmente previstos.

85) Sobre o Conciliador, é correto afirmar:

- a) Deve ser formado em Direito.
- b) Pode ter formação em outra área que não Direito.
- c) Em sua formação, as disciplinas que são ministradas, segundo a Política Pública Nacional, são majoritariamente jurídicas.
- d) Só pode atuar na presença do Juiz de Direito.

86) O art. 3º da Lei do Juizado (Lei nº. 9.099/95) estabelece a competência para conciliação, processo e julgamento das causas cíveis de menor complexidade e de valor não excedente a 40 salários mínimos. Com base nesse enunciado, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A competência é absoluta, permitindo-se em situações excepcionais, a opção do autor pelo juízo comum.

- b) Reconhece a facultatividade dos juizados especiais cíveis, cabendo ao cidadão o direito de eleger em qual juízo demandar.
- c) O procedimento previsto na lei é opcional, de maneira que é possível ao autor optar livremente por demandar na Justiça comum, em vez de formular reclamação na Justiça especializada.
- d) O autor poderá direcionar sua pretensão tanto ao juizado especial (procedimento concentrado), quanto ao juízo comum (com ampla defesa).

87) No que se refere à defesa perante o Juizado Especial, assinale a opção INCORRETA:

- a) A contestação poderá ser oral ou escrita, incluindo-se em capítulo específico a arguição de suspeição ou impedimento do juiz, e deve conter toda a matéria de defesa, sob pena de preclusão.
- b) Nas hipóteses em que as audiências de conciliação, instrução e julgamento forem realizadas em momentos distintos, a contestação poderá ser apresentada até a audiência de instrução e julgamento.
- c) Não se admite, no regime dos juizados especiais cíveis, a reconvenção, nos moldes tradicionais.
- d) Cabe ao réu, em virtude do princípio da eventualidade (ou da concentração) e da impugnação específica, alegar toda a matéria de defesa, sob pena de preclusão.

88) Na sistemática dos juizados especiais, a instrução probatória é o momento adequado à demonstração da verdade dos fatos afirmados pelas partes. É correto dizer que:

- a) Havendo indeferimento da produção da prova, cabe recurso de agravo ou qualquer outro tipo de “protesto”.
- b) A instrução poderá ser dirigida por juiz leigo, sendo necessária a presença do juiz togado.
- c) A ausência do demandado à audiência de instrução e julgamento, importará na extinção do processo sem resolução de mérito.
- d) O juiz poderá decidir na audiência de instrução, as questões incidentais que necessitam ser enfrentadas antes da análise do mérito.

89) Para a formação do pedido inicial, no Juizado Cível, assinale a alternativa correta:

- a) É necessário atender a todos os requisitos previstos para petição inicial no CPC/2015.
- b) É necessário atender a todos os requisitos previstos para petição inicial no CPC/1973, que estava em vigor quando entrou no ordenamento a Lei nº 9.099/95.
- c) A Lei nº 9.099/95 tem dispositivos próprios sobre como deve ser a peça inaugural.
- d) Sempre estará firmado por Advogado ativo.

90) Sobre os legitimados para o Juizado Cível, é correto afirmar:

- a) O relativamente incapaz pode litigar no JECív.
- b) O preso não pode ser parte no Juizado por não ter livre disposição sobre si e não estar em liberdade suficientemente desembaraçada para que possa livremente participar de uma negociação, transação ou composição de um direito, essência e objeto do Sistema
- c) As financeiras tradicionais que tenham fornecido crédito ao microempreendedor, podem cobrá-lo no Juizado.
- d) A empresa de pequeno porte, para litigar no Juizado, pode demonstrar essa qualidade mediante mera apresentação de seu contrato social em que se declare empresa de pequeno porte.

LINGUA PORTUGUESA

91) Assinale a alternativa em que o(s) termo(s) destacado(s) encontra(m)-se de acordo com a nova ortografia.

- a) “Com efeito – e as decisões trazidas pelo autor em sua inicial apontam o mesmo entendimento –, o Superior Tribunal de Justiça já averbou reiteradas vezes que ‘é devida a conversão em pecúnia de licença-prêmio, não gozada por servidor aposentado por necessidade do serviço, sob pena de enriquecimento ilícito da administração’. Na mesma trilha, assim averbou esta Corte, no mesmo julgamento supracitado relatado pelo eminente Desembargador” [...] “A não homologação do Auto, neste caso, é medida que se impõe. Da mesma forma, só que por razões outras, inviável a homologação do APF em relação à conduzida XX.”
- b) “XX, devidamente individuado nos autos do processo retromencionado, aforou embargos do devedor em face de S. L. L. S., igualmente qualificado, arguindo, preliminarmente, a nulidade da execução, por falta de título que a justifique; a prescrição do direito do embargado. No mérito, que quando do acidente, o embargado não era segurado. Postula, ao final, pelo acolhimento dos embargos oferecidos.
- c) “Alegou, também, que a ré nunca foi intimada extra-judicialmente pela autora, para comparecer perante o Agente Financeiro, objetivando a aprovação do seu cadastro, pois o AR não restou enviado à Ré pessoalmente, bem como não foi destinado ao local certo da residência da mesma. Porém, afirma que a Autora possuía ciência do exato endereço da Ré, pelo menos a partir da data da propositura da ação de indenização que a segunda impetrou contra a primeira.
- d) “À luz do que dispõe o art. 21, do citado anexo 13, depreende-se que uma vez infringido este diploma legal, primeiramente terá a empresa cancelado de ofício o seu registro de micro-empresa, vindo a ser notificada a pagar todos os tributos e contribuições devidos, como se isenção alguma houvesse existido, sem prejuízo da multa.”

92) Assinale a alternativa que apresenta palavra em desacordo com as regras da nova ortografia relativas ao hífen nos prefixos hiper-, inter- e super-:

- a) “Da irracionalidade à hiper-racionalidade nas decisões.”
- b) “Não obstante já estar bem sedimentada a noção de vulnerabilidade, modernamente defende-se que, em relação a determinados grupos específicos da sociedade, sobressai a chamada vulnerabilidade agravada, ou seja, a hipervulnerabilidade; impõe, em relação a estes últimos, o recrudescimento da rede de proteção consumerista, ante a posição contratual debilitada que via de regra ostentam na vida negocial.”
- c) “A aprovação do projeto da super-receita depois de quase de dois anos da sua remessa ao Congresso Nacional na forma original de uma Medida Provisória.”
- d) “Houve um processo a uma jornalista por informar super-salário de servidor municipal.”

93) Assinale a alternativa cuja forma verbal destacada perdeu o acento, de acordo com a escrita atual.

- a) “Ações judiciais mantêm empresas em funcionamento em meio à crise e tantas ilegalidades praticadas pelo fisco paulista”.
- b) “Infelizmente, há muitos operadores do Direito que ainda descrêm da Conciliação, por variados motivos”.
- c) “Pedidos de recuperação judicial têm queda no país”.
- d) “Efeitos indiretos desta influência sobre as decisões judiciais detêm aspectos negativos, sob o ponto de vista jurídico-teórico, pois a concepção, funcional e finalista, transmitida para consagrar os efeitos reais desejados pela sociedade, diverge da teoria que expressa [...]”.

94) Dadas as determinações da última reforma ortográfica em relação ao hífen, assinale a

alternativa que apresenta palavra(s) em DESACORDO com ela(s):

- a) dia a dia, à toa
- b) contrarrazoado, coautoria
- c) coherdeiro, co-réu
- d) infrafirmado, intravenoso

95) Assinale a alternativa com a frase correta:

- a) Falarei a cerca da situação econômica brasileira.
- b) Ele viajará há cerca de cinco horas.
- c) Reside aqui a cerca de onze anos.
- d) Estávamos a cerca de três quarteirões da escola.

96) Assinale a alternativa correta quanto ao uso dos porquês:

- a) Não sei o porquê da felicidade daquele jogador.
- b) Porque você está tão feliz?
- c) Ela não sabe por quê você não gostou da feijoada.
- d) Não foi à escola por que estava doente.

97) Sobre o uso dos pronomes demonstrativos, assinale a alternativa que preenche corretamente as lacunas:

- I. Não faça nada que não estiver com vontade. _____ conselho serve para toda a sua vida.
- II. Encontrei João e Maria na festa junina. Aquele estava vestido com roupas típicas, _____ apenas com pintinhas nas bochechas.
- III. _____ Código Civil que está com o seu amigo é o meu?

- a) I. Esse – II. Esta – III. Este
- b) I. Esse – II. Esta – III. Aquele
- c) I. Esse – II. Essa – III. Aquele
- d) I. Este – II. Essa – III. Este

98) Assinale a opção em que o uso do pronome demonstrativo está correto:

- a) Esta caneta que está com você é de tinta azul?
- b) Esta casa que está lá no morro pertenceu ao meu pai.
- c) Este livro que está comigo é da coleção de meu pai.
- d) Os assuntos da próxima reunião de professores serão esses: metodologias ativas e avaliação.

99) Assinale em que opção a frase está gramaticalmente correta:

- a) Mau o sol apareceu, eles foram correr na praia.
- b) Ele era um mal rapaz.
- c) Ele falou mau das pessoas que estavam presentes na sessão.
- d) A redação da sentença está mal estruturada.

100) O único período gramaticalmente correto é:

- a) Ele não estava afim de revisar os textos.
- b) Elas tinham funções a fins na empresa.
- c) Elas estavam afim de estudar juntas para o concurso.
- d) Os estudantes de Direito tinham pensamentos afins sobre a decisão do STF.